

ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA: POSSIBILIDADES E LIMITES

SILVA, Aida M.M.

*Tese de Doutorado - Faculdade de Educação da
Universidade São Paulo. São Paulo: 2000, (214 p.).
Por Andréia Clapp Salvador¹*

A realidade desigual que se acentua na atual conjuntura Brasileira está fundamentada numa estrutura societária baseada num modelo econômico capitalista excludente, caracterizado pela concentração de renda. O fortalecimento do projeto neoliberal não favorece a efetivação da cidadania.

Aída em sua tese de Doutorado, afirma que “o avanço da democracia, no campo do ordenamento jurídico, não foi acompanhado de políticas públicas mais conseqüentes, de forma a assegurar à maioria da população os direitos fundamentais, principalmente os sociais, e fortalecer o regime democrático” (p. 2). No entanto, algumas iniciativas de políticas governamentais vêm sendo propostas, no sentido de fomentar uma cultura de respeito e proteção aos Direitos Humanos, mesmo ainda bastante tímidas diante de nossa realidade.

A garantia dos direitos humanos é compreendida pela autora como uma questão política, diretamente relacionada ao compromisso efetivo dos gestores das políticas públicas na perspectiva da sua garantia, como também, do poder da população como instrumento de reivindicação e pressão. Os estratos mais organizados da sociedade têm um papel fundamental a desempenhar nesse processo. A escola é considerada também um espaço privilegiado, já que atua com conteúdos, valores,

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RIO e Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

crenças e atitudes e porque pode propiciar a apreensão de determinados conhecimentos historicamente produzidos, e assim superar o senso comum de maneira crítica e criativa.

E é com especial interesse em analisar a questão da cidadania na dimensão educacional, mais especificamente durante o período de elaboração e implementação de uma política educacional proposta pela Secretaria de Educação de Pernambuco (1996-1999), em quatro escolas do ensino fundamental, voltada para garantia, proteção e defesa dos direitos dos alunos, que Aída busca, em sua tese, responder duas questões centrais: é possível a escola contribuir para a formação da cidadania democrática? Quais são as suas possibilidades e limites? Para isso, utiliza algumas categorias teóricas, como: direitos humanos, cidadania e democracia, e suas relações com os contextos político e social.

A concepção de Direitos Humanos utilizada para sua análise é a que engloba a liberdade e a igualdade de direitos para todos, tanto numa perspectiva política, como também, no campo das conquistas sociais produzidas pelo homem, em defesa do exercício de uma cidadania democrática.

Já em relação ao conceito de cidadania, diferentemente dos Direitos Humanos, este deve ser compreendido e relacionado diretamente com as leis de cada país, já que ela não é universal, é particularizada e define a pertença a um Estado. A cidadania dá ao indivíduo um *status* jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres particulares. Embora cidadania esteja relacionada ao pertencimento a um Estado e à participação em comunidade, tem sua evolução diretamente relacionada às lutas e conquistas que foram sendo ampliadas ao longo da história da humanidade.

Esta categoria toma maior abrangência quando se insere a perspectiva da cidadania democrática vista como a construção de uma cidadania que exige o controle dos cidadãos sobre os governantes, como forma de proteção contra o poder arbitrário. "A existência da cidadania democrática requer assegurar a vigência do regime democrático fundamentado na liberdade, no seu sentido mais amplo, e na garantia da igualdade para todos, o conjunto dos direitos conquistados ao longo da história. É a ultrapassagem da cidadania – na concepção liberal, cuja ênfase é o princípio da liberdade – para a cidadania que garanta a inclusão

social de todos os indivíduos, independentemente de qualquer tipo de diferença que os mesmos apresentem” (p. 31). Logo, se conclui que a realidade brasileira retrata a ausência desta chamada cidadania democrática.

No real sentido da cidadania democrática, são poucos brasileiros que podem se considerar cidadãos. O que se verifica é a existência do cidadão “legal” (direitos garantidos através das leis), mas distante do acesso ao direito “real”.

Seguindo esta análise, a autora persevera na importância do processo de materialização da cidadania ativa, que só é possível através da participação popular, na perspectiva de construção de uma sociedade democrática, que busca a formação de uma nova cultura permeada pela educação. A escola, então, tem um papel fundamental a desempenhar nesta construção.

Apoiada em Humberto Silva, assegura que a escola é onde se dá a transmissão cultural e a formação para a convivência social e assim, responsável por transmitir cultura às novas gerações. A escola é então um lugar privilegiado para a realização da tarefa de educar em direitos humanos.

E conclui assim, que a escola, compreendida como espaço responsável no processo de formação da cidadania, tem necessariamente que ter envolvido no seu interior, um contexto que possibilite esse projeto de escola, como também contraditoriamente deve ser compreendida como uma instância dentro da engrenagem da sociedade que ao mesmo tempo em que contribui para educação em direitos humanos e cidadania está inserida na própria dinâmica da sociedade que implica limites e determinações.

Este modelo pressupõe repensar a perspectiva pedagógica, e priorizar os conteúdos curriculares que tenham como eixo norteador a temática do direito humano e da cidadania, e que a prática pedagógica esteja voltada para o diálogo, o debate e a participação. Mesmo se considerando a complexidade do processo de efetivação desta proposta, é fundamental para seu sucesso criar uma contracultura, voltada para o combate de práticas discriminatórias, de privilégios, dominação e de desigualdade de acesso aos direitos. Desta forma, completa:

- É possível a escola pública contribuir para a formação da cidadania democrática. Nesse sentido, a política educacional

poderá ser uma forte aliada na construção desse projeto e, assim, deve ter como pré-requisito a formação do educador na perspectiva da cidadania democrática;

- Os formuladores de políticas educacionais precisam considerar os educadores – executores das políticas – como sujeitos ativos e parceiros na construção das políticas educacionais;
- O projeto de mudança no interior do espaço escolar depende da compreensão e da adesão dos educadores na proposta de formação da cidadania, sem perder de vista os determinantes socioeconômicos e políticos em que a escola está inserida.

A escola pública é fundamental enquanto espaço de conquista da cidadania democrática, no momento em que ela viabilize um projeto pedagógico articulado a uma proposta maior de modelo de sociedade. Entretanto, isso só se dará a partir do processo de conscientização, conhecimento e adesão dos educadores a esse projeto, de forma a que estes possam assumir coletivamente a sua concretização, enquanto uma proposta de escola mais ampla. Para a autora, “este projeto é um desafio, e possivelmente uma utopia, que deverá mover a todos os que acreditam e sonham com uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária” (p. 178).